

Incubação de empreendimentos solidários: um desafio constante para a extensão universitária

Danielle Patrícia Mendes Lopes

Graduanda do Curso de Design Gráfico / UEMG

João Marcus

Graduando do Curso de Direito / UFMG

Lânia Mara Silva

Graduanda do Curso de Ciências Sociais / UFMG

Luciana da Silva Oliveira

Graduada do Curso de Psicologia / UFMG

Maria Aparecida de Oliveira

Graduando do Curso de Direito / UFMG

Maria Clara Pessoa

Graduando do Curso de Direito / UFMG

Palavras chave:

Economia Solidária; metodologia de incubação; trabalho; Vale do Jequitinhonha.

Key words:

Solidary Economy; methodology of incubation; work; Vale do Jequitinhonha.

RESUMO: O presente artigo pretende apresentar a metodologia de incubação de empreendimentos econômicos solidários adotada pelo Programa Pólos de Cidadania. Serão problematizados alguns dos elementos desta metodologia através da exposição do trabalho realizado até o momento na região do Vale do Jequitinhonha pelo Projeto Vale de Cidadania. Serão feitas também algumas observações sobre os principais avanços, dificuldades, especificidades, impasses e desafios enfrentados pelo projeto e pelos grupos incubados.

ABSTRACT: This article intends to present the methodology of incubation of undertakings in the moulds of solidary economy adopted by Pólos de Cidadania Program. There will be problematized some of the elements of this methodology through the explanation of the work carried out up to the moment in the region of Vale do Jequitinhonha as the Vale de Cidadania Project. Also, some observations are made about the main achievements, difficulties, peculiarities, dilemmas and challenges faced by the project and by the groups incubated.

Introdução

Das empoeiradas e barulhentas fábricas de cinquenta anos atrás aos grandes centros tecnológicos e *shopping centers* de hoje, o Brasil vivenciou um grande salto econômico e social. Mas como já dizia Cazuza, "eu vejo o futuro repetir o passado / eu vejo um museu de grandes novidades...". Das antigas fábricas aos grandes centros tecnológicos e comerciais atuais, permanece uma imensa maioria de brasileiros a ser sistematicamente marginalizada e excluída de qualquer possibilidade de se afirmarem como cidadãos.

A precariedade das condições de trabalho é praticamente a mesma, pois muitos trabalhadores ainda ocupam espaços nas modalidades exploradoras de trabalho, como os estratos assalariados industriais e de serviços, trabalhos informalizados, regime do trabalho part-time, temporários, dentre outros. Ou seja, continua a superexploração do trabalhador em um mercado que exige qualificações excessivas para um trabalho muitas vezes desgastante, porém mal remunerado.

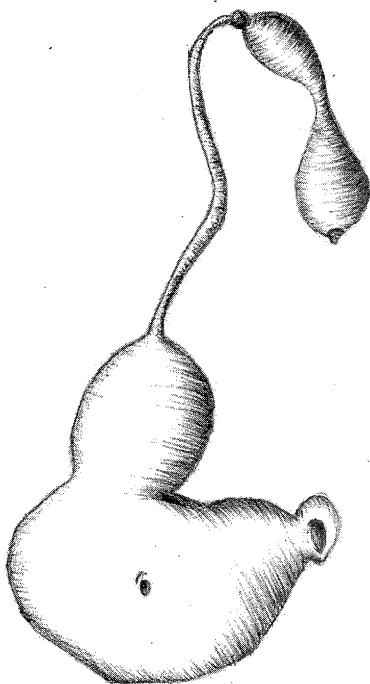
Persiste ainda um problema que hoje é tido como estrutural, a crise do emprego, permeando as relações familiares, econômicas e a inserção individual e coletiva do trabalhador na sociedade. A crise do emprego amplia o chamado exército de reserva, excluindo do mundo do trabalho um contingente enorme de trabalhadores que, conseqüentemente, acabam excluídos sócio-economicamente.

O ciclo perverso de exclusão e exploração se completa quando o trabalhador, sem condições de aprimorar-se tecnicamente, vê-se substituído por uma nova geração, nem sempre mais

preparada, contudo mais jovem. Sem a qualificação e o aperfeiçoamento exigidos, e sem condições de modificar a perversidade de tal realidade, esses cidadãos ingressam no crescente mercado de atividades informais que, mais que uma conseqüência desse cenário, é uma necessidade, uma alternativa, um esforço de sobrevivência. Estamos, de fato, diante de um museu escatológico da contemporaneidade do trabalho humano.

É por meio do trabalho, como categoria central tanto na organização da sociabilidade, quanto no processo de auto-construção humana, que os sujeitos se reconhecem como agentes, participando, assim, do desenvolvimento da sociedade, de forma que, sem o seu trabalho o Homem não perde apenas sua renda, mas muito de sua dignidade.

É diante desse contexto e do importante papel que o trabalho representa na constituição do Ser Homem que novas formas de geração de renda têm despertado o interesse de grupos de trabalho e de instituições de apoio social. Essas novas formas, que operam mudanças estruturais e possibilitam um desenvolvimento econômico e social auto-sustentável se manifestam como uma alternativa de trabalho e geração de renda aos trabalhadores excluídos. Os novos modelos englobam uma grande mudança de valores, de práticas, fundamentada naquilo que se convencionou chamar de economia solidária, apoiando-se em princípios notadamente distintos daqueles observados no mercado tradicional: vê-se na formação de empreendimentos de caráter solidário uma forma de valorizar o trabalho e as relações democráticas, pois esses empreendimentos assentam-se em ideais de ajuda mútua e auto-sustentabilidade. Além dis-



so, possuem a finalidade de gerar renda, criar espaços de convivência para troca de experiências e compartilhamento de crenças e valores, resgatar a auto-estima e promover a participação e integração de grupos de pessoas com interesses comuns.

A economia solidária, nas suas mais variadas formas de organização – associativismo, cooperativismo ou simplesmente grupos de produção informais –, caracteriza-se pela união de pessoas que buscam criar melhores condições socioeconômicas para si e para os grupos aos quais estão vinculadas, numa dinâmica solidária em que prevalecem os interesses coletivos, estando associada à concepção de democracia participativa e de um exercício efetivo de cidadania. Essas organizações coletivas podem ser analisadas a partir de diversas perspectivas teóricas. Contudo, nesse sentido, conforme salientam Leonello e Cosac,

"[...] o que interessa desatacar é que na construção dessas perspectivas está embutida a idéia de um modelo de sociedade que luta por igualdade, sustentabilidade, por indivíduos livres, emancipados, verdadeiros donos de seus destinos. Por isso, a participação em associações e organizações civis, é salutar para gerar solidariedade social, diminuir os custos políticos e econômicos da vida em sociedade." (LEONELLO & COSAC, 2008, p. 3)

Assim, a economia solidária visa, pois, proporcionar condições de produção e recursos culturais para que os excluídos sociais possam ser dirigentes do seu processo de ruptura com a marginalização. Nas palavras de Paul Singer: "combater a pobreza é habilitar cada uma de

suas vítimas a entrar em algum mercado por conta própria, produzindo e vendendo e, com o ganho, acumulando recursos materiais e psicológicos para se tornar ganhador" (SINGER, 2002, p. 22).

É intervindo junto aos grupos sociais, por meio da economia solidária nas suas diversas formas de manifestação, que um projeto institucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, o Programa Pólos de Cidadania, desenvolve atividades de pesquisa e extensão de forma integrada, com os objetivos de acompanhar e contribuir com o processo de inclusão e emancipação de grupos sociais com histórico de exclusão e trajetória de risco. Dentre outras atividades, o Pólos atua no fomento e apoio à constituição de cooperativas, associações de trabalho ou de outras formas organizativas. A assessoria é dada por meio de uma metodologia de incubação, baseada em aspectos técnicos, psicossociais, sócio-culturais e político-emancipatórios, na qual são envolvidas várias áreas do conhecimento de forma integrada, entre os quais as Ciências Sociais, a Psicologia, a Administração e o Direito, cada área contribuindo e aprendendo com outras áreas e com o saber dos próprios grupos. São oferecidos, dentre outros, acompanhamentos jurídico, financeiro, administrativo, capacitações técnicas e suporte no planejamento dos empreendimentos solidários, preocupando-se sempre em criar as condições necessárias para o fortalecimento do coletivo e para que seus membros desenvolvam suas capacidades de atuar de forma autônoma e emancipada.

A ação do Programa Pólos gera resultados positivos com grupos distintos e em locais diferentes. Em Belo Horizonte, destaca-se o apoio ao Itai, uma associação de moradores da Vila Acaba Mundo que produz sabonetes artesanais a partir de ervas medicinais cultivadas pelos próprios membros, além do Projeto Saia da Rua que tem como objetivo a realização de diagnósticos sócio-culturais e econômicos do perfil da mulher que trabalha e retira seu sustento das ruas da região centro-sul de Belo Horizonte. Enfatiza-se, pois, as habilidades e aptidões das mulheres para o trabalho, atuando na criação de cooperativas de geração de renda voltadas às trabalhadoras da rua. No interior, as ações de trabalho e geração de renda desenvolvem-se na região do Médio Vale do Jequitinhonha, onde foram constituídas duas associações de mulheres e jovens em situação de risco, dedicadas à produção artesanal de costura e *patchwork*, nas cidades de Medina e Padre Paraíso. Ainda no Vale do Jequitinhonha, no município de Ponto dos Volantes, o Programa Pólos iniciou recentemente o acompanhamento de mais dois grupos de trabalho e geração de renda também constituídos de mulheres e jovens: uma cozinha comunitária e um grupo de artesanato em cerâmica. Essas ações têm como objetivo a construção de possibilidades de trabalho e geração de renda que permitam o fomento de práticas emancipatórias entre os atores desses empreendimentos, possibilitando que eles se tornem os agentes transformadores da sua própria realidade.

2. A metodologia de incubação do programa pólos de cidadania

A metodologia de incubação do Programa Pólos teve como referência inicial as estratégias utilizadas pela Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar), e tem sido dividida em duas grandes etapas distintas que englobam atividades combinadas de mobilização e articulação de parceiros, capacitação técnica dos participantes, discussão sobre questões vinculadas ao cooperativismo e ao associativismo e preparação para a autogestão.

A primeira etapa trata da mobilização e articulação de uma rede mista formada pela sociedade civil (associações comunitárias, grupos organizados, lideranças de bairro, dentre outros) e o governo local, com o objetivo de constituir grupos e parceiros-apoiadores. A mobilização e a articulação são consolidadas e mantidas por meio de reuniões periódicas com os representantes das entidades e os membros dos grupos incubados, nas quais ocorrem o acompanhamento e a avaliação do empreendimento. A rede de parceiros-apoiadores é imprescindível para se garantir a sustentabilidade do empreendimento por sua colaboração na solução de problemas e na discussão de novos projetos de interesse dos grupos. O que se busca nessa etapa é criar um vínculo estreito de solidariedade, respeito, cooperação e responsabilidade entre a rede e o grupo incubado. Essa etapa estende-se ao longo de todo o processo sendo recomendável que permaneça, inclusive, após a desincubação.

A segunda grande etapa se subdivide em várias sub-etapas específicas e é antecedida por um diagnóstico que ajudará a compor o quadro da realidade social, econômica e cultural local. A primeira sub-etapa é a consolidação dos grupos, onde são consideradas as afinidades, identidades e objetivos comuns dos integrantes e seus respectivos contextos sócio-culturais. É importante ressaltar que esses vínculos servirão de base de sustentação para todas as atividades a serem desenvolvidas. Sendo assim, o desenvolvimento desta sub-etapa é contínuo, pois se trata não apenas de construir uma identidade coletiva, mas de manter acesa a discussão sobre os objetivos do grupo e reforçar as afinidades existentes.

A segunda sub-etapa é a capacitação teórica dos atores envolvidos para o cooperativismo e o associativismo, englobando a promoção de vários encontros e discussões com os grupos para introdução de temas variados, tais como: 1) desemprego, exclusão e cidadania; 2) alternativas para a geração de trabalho e renda; 3) economia popular solidária; 4) princípios cooperativistas e associativistas. Essa é uma longa etapa do processo de incubação, que vai desde o primeiro encontro e, muitas vezes, se estende até o último, dada a necessidade de se revisar e reafirmar conceitos com os grupos.

A terceira sub-etapa é a capacitação técnica dos envolvidos por meio de: 1) apresentação das características e funcionamento das atividades produtivas; 2) qualificação técnica dos grupos;

3) aquisição dos insumos necessários para a produção; 4) normas e procedimentos para funcionamento de uma cooperativa e de uma associação. Essa etapa também não tem um limite temporal, ocorre ao longo de todo o processo de incubação, podendo inclusive ser combinada com as atividades da capacitação teórica. Uma etapa essencial, pois garante a qualidade dos produtos e, conseqüentemente, condições de enfrentar a competitividade no mercado consumidor. Pretende-se que os produtos fabricados em um empreendimento solidário sejam não apenas o resultado de uma forma de resistência à exclusão do mercado convencional, mas que sejam, igualmente, rentáveis e tenham boa aceitação no mercado. Dessa forma é somente por meio de uma capacitação técnica criteriosa dos grupos produtores que essa realidade se torna viável.

A quarta sub-etapa é a formulação de um Planejamento Estratégico para os empreendimentos, que se concretiza por meio da elaboração de um Plano de Negócios que contemple: 1) estratégias de comercialização dos produtos (pesquisa de mercado, quando se define as perspectivas futuras do produto); 2) processos produtivos e engenharia (o quê, quanto, como, de que forma os produtos deverão ser produzidos); 3) planejamento financeiro (equilíbrio entre aceitação e comércio); 4) metas e objetivos de curto, médio e longo prazo 5) marketing do empreendimento e seus produtos; 6) apresentação e discussão do Plano de Negócios. Em regra, esse Plano é elaborado por profissionais qualificados em áreas como a de administração, entretanto este profissional trabalhará junto e com ampla participação dos grupos incubados, que fornecerão todas as informações e dados necessários. O profissional responsável pelo Plano elenca todas as informações e dados de que necessitará para sua formulação, se reunindo em seguida com o grupo incubado para coletar, em discussões, o material necessário para a elaboração de uma proposta do Plano de Negócios que, posteriormente, o grupo discutirá aprovando-a ou rejeitando-a. Como se pode depreender, o grupo incubado deve participar ativamente de todas as atividades, sob pena de, ao final, o empreendimento não possuir identificação com os membros. O apoio da rede é imprescindível para a continuação de um funcionamento sustentável. Atinge-se, assim, seus fins de emancipação e transformação de realidades sociais.

A quinta sub-etapa consiste na capacitação administrativa para a autogestão. Essa capacitação se opera por meio de ações voltadas para a gestão coletiva, envolvendo os seguintes temas: 1) a autogestão; 2) administração da cooperativa e das associações; 3) os fundos e benefícios cooperativistas; 4) apuração de custos, formação de preços e análises de contratos; 5) organização contábil e financeira; 6) prestação de contas; e 7) capacitação de membros da Diretoria e Conselho Fiscal. Tal medida tem grande impacto no sucesso dos empreendimentos solidários, pois se trata de assegurar-lhes sucesso econômico continuado.

A sexta sub-etapa compreende a elaboração

dos estatutos e legalização das cooperativas e associações. Essa etapa se concretiza por meio das seguintes atividades: 1) apresentação, esclarecimentos e elaboração dos estatutos das cooperativas e das associações em conjunto com os envolvidos; 2) realização das Assembleias Gerais fundacionais e dos demais procedimentos para a legalização das associações e das cooperativas e 3) envio de documentos aos órgãos competentes (Junta Comercial, Cartórios, Receita Federal, postos fiscais, etc). Embora sejam colocadas na mesma sub-etapa, o que realmente acontece na fase final da incubação é apenas a formalização e o registro dos empreendimentos. A discussão das regras estatutárias é feita ao longo de todo o processo (e não apenas nessa sub-etapa), com uma participação ativa do grupo.

A penúltima sub-etapa visa à inserção e atuação dos grupos no mercado, por meio da execução das ações previstas no Plano de Negócios. E, finalmente, a última sub-etapa é a fase que se designa por "desincubação", quando os grupos já estão preparados para realizar suas ações e atividades sem a contribuição direta e permanente do programa de incubação. Nessa fase, realizam-se encontros e seminários de monitoramento e avaliação dos empreendimentos, que contam com a participação dos grupos e de toda a rede de parceiros apoiadores.

Após a finalização do processo de incubação, os grupos deverão ser capazes, por seus próprios meios e com o apoio da rede de parceiros, de atuarem no mercado, solucionarem as divergências e problemas internos e garantir a continuidade das atividades do empreendimento.

3. Discutindo as ações do programa pólos de cidadania no Vale do Jequitinhonha

O Vale do Jequitinhonha, conhecido como vale da pobreza, é, paradoxalmente, rico em imagens. Sua vegetação de cerrado favorece a impressão de decadência e a sensação de que, por ali o tempo parou e que o progresso passou ao largo daquelas plagas... Mas não é bem assim; por trás do cenário que lembra ruínas, ora escondem-se, ora denunciam-se os ventos da modernização, como se esta estivesse a meio caminho. É nesse cenário contraditório de seca, desemprego, fome e exclusão, diversas vezes enfatizado pelos meios de comunicação, que se encontra um lugar rico de personagens fortes, criativos, autênticos, de cultura popular preservada, de artesanatos variados e de diversos outros tipos de manifestações artístico-culturais, que, segundo seus habitantes, é a "riqueza do Vale" e que não se traduz monetariamente.

O Pólos desenvolve ações nessa envolvente região, mais especificamente na Microrregião do Médio Vale do Jequitinhonha, desde 2003¹, quando foi realizado um diagnóstico sobre a responsabilidade social da Administração Pública. A partir dele, identificou-se a exploração sexual de crianças e de adolescentes como um dos graves problemas da região. Como resultado

dessa investigação, em 2005, foi formulado o Projeto Criança e Adolescente em Situação de Risco: Geração de Renda como Alternativa de Prevenção à Exploração Sexual no Vale do Jequitinhonha, o Projeto 18 de Maio, financiado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que teve por objetivo compreender os motivos que levavam crianças e adolescentes às trilhas da exploração sexual, bem como criar condições de prevenção para o problema através da geração de renda. Sua área inicial de ação englobou sete municípios do Médio Vale do Jequitinhonha - Araçuaí, Comercinho, Itaobim, Medina, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes e Virgem da Lapa.

No início de 2006, o Projeto focou suas ações em três cidades: Padre Paraíso, Medina e Itaobim, situadas à margem da BR 116, onde o problema da exploração sexual era, à época, mais proeminente. Um dos objetivos desta etapa do Projeto foi potencializar as atividades econômicas locais, por meio da criação e organização de empreendimentos autogestionários, nos marcos da economia solidária, promovendo a geração de renda nesses moldes com o intuito de contribuir para a constituição de uma rede de proteção à entrada de crianças e adolescentes no mercado da exploração sexual.

No município de Itaobim, foram realizadas mobilizações de cunho social voltadas aos sete municípios do Médio Vale do Jequitinhonha mencionados anteriormente. Dentre estas ações está a Campanha "Criança e Adolescente Construindo Cidadania", que contou com teatro, seminários, distribuição de peças gráficas e produção de rádio-novelas e *spots* como importantes instrumentos de mobilização. Nos municípios de Medina e Padre Paraíso, foram organizadas associações de artesanato de costura em *patchwork* com mulheres mães e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, assim como oficinas de promoção cultural, pedagógica e a qualificação profissional de adolescentes do município.

As ações iniciadas no Projeto 18 de Maio tiveram continuidade com o Projeto Mosaico e o Projeto Vale de Cidadania que permaneceram, basicamente, com a mesma linha de ação, apoiados inicialmente pelo Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e atualmente pela FAPEMIG.

Observa-se que o processo de incubação das associações e o exercício contínuo de busca de autonomia desses grupos promove transformações múltiplas à maioria dos seus membros. O trabalho em associações solidárias trouxe uma nova perspectiva de vida, de realização pessoal e profissional, que vai se refletindo numa relação mais positiva e, ainda, menos temerosa e de maior interação com a sociedade e as instituições.

O processo, contudo, é lento e complexo, ainda mais se considerarmos o longo processo local de dominação e exploração e a lógica da competição e do lucro predominante em nossa sociedade capitalista. Assim, embora se perceba entre os participantes do grupo uma con-

¹ Este diagnóstico resultou na publicação intitulada "A RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA EFETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS". Programa Pólos de Cidadania (UFMG) e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.

tínua e substancial alteração em seus comportamentos e ações, os novos valores ainda não se encontram totalmente consolidados. A título de exemplo, o que era fortemente percebido no início da atuação, nos primeiros encontros e discussões, se referia à grande dificuldade das envolvidas em assumir responsabilidades e atuar de forma independente. Essa situação era compreensível, uma vez que trabalhar com esse tipo de empreendimento exige transformações nas práticas cotidianas e sociais já enraizadas. Hoje, ainda que de forma tímida, esse difícil caminho já começa a ser percorrido. Outros exemplos significativos são a crescente horizontalidade das relações de trabalho, a ajuda mútua que tem sido prática comum entre as mulheres e a sistemática assimilação do verdadeiro significado da economia solidária. Todos esses elementos, que são princípios e valores que regem um empreendimento de economia solidária, se encontram nas discussões grupais.

Outro avanço percebido refere-se ao aumento da qualidade do artesanato produzido pelos grupos. Uma grande vitória, posto que, a maioria dos fracassos nas organizações cooperativas ocorre não pela ausência de espírito cooperativo, mas pela falta de uma visão estética e empresarial. Ora, as associações e cooperativas de produção não podem ser vistas como entidades beneficentes, mas como empresas solidárias e sustentáveis e, para tanto, devem voltar a atenção também para a qualidade da produção. "Quando a cooperativa fracassa como empresa econômica, fracassa igualmente na sua pretendida projeção social e humana, arrastando consigo o descrédito da instituição" (SCHNEIDER, 1994). Desse modo, as capacitações técnicas realizadas nas associações visam, além do aprendizado, o alcance do aperfeiçoamento da produção para a inserção num mercado competitivo que dificilmente incorpora parcerias fundamentadas em padrões de qualidade divergentes da lógica comum.

O aspecto mais problemático para concretização dos objetivos do Projeto é a ampliação da renda gerada, que seria possibilitada, segundo as próprias associadas, pelo incremento da divulgação dos produtos, visibilidade das atividades e do trabalho e por novos pontos de venda. Apresenta-se também como outro grande desafio dentro das associações, a continuidade das parcerias e de seus apoiadores envolvidos na política local, tendo em vista que, a cada nova período eletivo municipal as parcerias, principalmente as institucionais, ficam abaladas e relutantes com relação ao empreendimento. Aqui se configura a importância da rede de apoiadores que, quando fortalecida, evita essa relutância por parte dos novos administradores.

4. Considerações finais

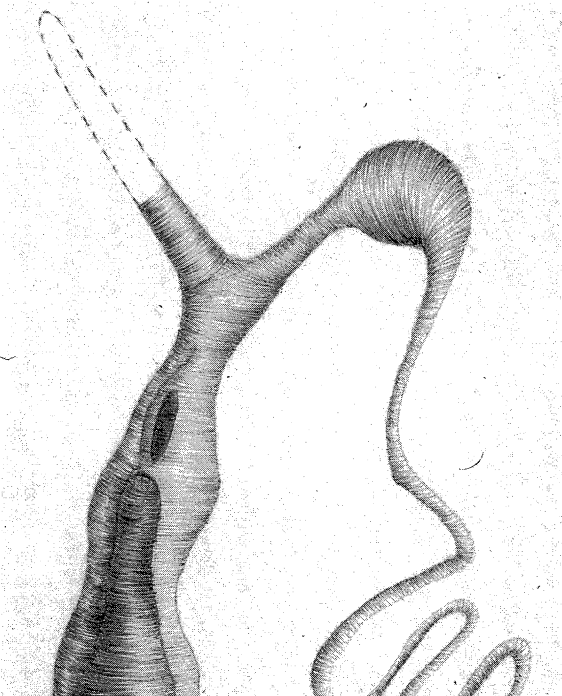
A análise da experiência apresentada nos permite fazer algumas considerações. A primeira delas de caráter político, uma vez que as especificidades das situações institucionais locais influenciam e distinguem na determinação das formas de ação, dinâmica e aplicabilidade

da metodologia nas realidades sócio-culturais. Ou seja, embora os municípios estejam numa mesma região eles guardam características distintas que podem eventualmente aproximá-los, posto que o padrão não se altera em demasia. Entretanto, devido ao caráter diverso das administrações públicas locais, esses ritmos são influenciados, por exemplo, segundo as disponibilidades ou continuidade de apoio aos grupos instituídos em diferentes administrações.

Outra consideração importante, de caráter personalíssimo, diz respeito à vinculação, comum e desejável, que se estabelece entre os membros do grupo e a equipe de técnicos, apoiadores e todos aqueles parceiros envolvidos no acompanhamento do grupo. Tal vinculação deve ser estimulada, porém, sempre de forma cautelosa para se evitar que ela se torne prejudicial e gere retrocessos na dinâmica de funcionamento do grupo, principalmente no que tange à adoção de práticas assistencialistas que contrariam os fundamentos de uma metodologia emancipadora.

Há ainda algumas considerações de caráter prático, que evidenciam os principais desafios atuais dos grupos produtivos acompanhados pelo Programa Pólos: a dificuldade de inserção no mercado, a necessidade de abertura de canais de escoamento da produção e o constante desafio de fazer com que os empreendimentos, efetivamente, gerem renda suficiente para os seus participantes. O contexto gerador da necessidade de desenvolvimento de canais de apoio para as atividades de geração e renda é o mesmo: desemprego e baixa renda local. E as dificuldades vividas pela equipe dos Projetos em função desse contexto também são as mesmas: como otimizar o tempo, como permanecer e dedicar-se o suficiente ao grupo enquanto a renda não é plenamente gerada e ao mesmo tempo manter-se?

A partir da combinação desses caracteres contextuais e da reflexão sobre a metodologia,



é possível verificar como alguns de seus elementos podem influir, quais os que se demonstram indiferentes, distinguir as especificidades e a necessidade de uma abordagem mais diferenciada centrada na realidade sócio-cultural local.

As atividades previstas no Plano de Incubação, relacionadas à sensibilização para temas como desemprego, geração de trabalho e renda, economia popular solidária e ao desenvolvimento de um Plano de Negócios capaz de viabilizar a inserção dos empreendimentos no mercado podem ser aplicadas, nos diferentes contextos, sem que haja necessidade de grande adaptação ou reformulação no sentido técnico.

Por outro lado, há um elemento bastante diferenciado em todos os Projetos: o contexto sócio-político-cultural em que eles atuarão. Cada grupo produtivo, cada cidade, cada região, tem valores, costumes, vínculos identitários e formas de socialização muito próprias e precisam ser respeitadas. Assim, o tempo de cada grupo também é único. Como enfatizam Barcelos e Lechat (2008, p.101), a dimensão do tempo neste tipo de projeto depende "de como os sujeitos se orientam e de como sua experiência vai lhes facultando otimizar as potencialidades visualizadas", sendo, ainda segundo esses mesmos autores, o tempo de "construção social e durabilidade decidida pelos prazos que se estabelecem no âmbito mais das disposições e condições objetivas e subjetivas para atu-

ação, do que só do cronograma a ser cumprido" (BARCELOS & LECHAT, 2008, p.101). O modo como as questões e temas para debate serão inseridos também se distinguem entre grupos e as regras estatutárias jamais poderão ser uniformes. Por essa razão essas regras, segundo a metodologia, são formuladas pelos próprios integrantes dos grupos. O Plano de Incubação não deve ser encarado numa perspectiva dogmática, isento de questionamentos ou reestruturações, justamente pelas diferenças do contexto sócio-político-cultural antes referidas. Enfim, para encarar a diversidade própria das realidades que se apresentam nos grupos poderão ser necessárias mudanças, algumas vezes substanciais, para a adequação metodológica. Isso dependerá das necessidades e situações vividas por cada grupo e, por isso, construídas por eles e com eles, tendo em vista sempre sua emancipação social.

Finalmente, a discussão aqui empreendida deve reforçar um caráter estratégico e não apenas instrumental da metodologia: ela deve sempre ser vista como uma ferramenta para atingir os objetivos traçados. Essa característica deve ser vista como uma iniciativa que não permite a dicotomia entre pesquisador e objeto, característica fundamental dos novos conceitos de ciência. O Pólos prima, em todas suas ações, pelo respeito às comunidades, considerando-as sempre sujeitos de sua própria história.

Submetido em março de 2009
Aprovado em dezembro de 2009

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCELOS, Eronita da Silva & LECHAT, Noëlle M. P. (2008), "Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários." *Rev. Katál*, v. 11, n.1: 96-104.
- CLEMENTE, Ademir. (1994), *Economia regional e urbana*. São Paulo, Atlas.
- LEONELLO, João Carlos & COSAC, Claudia Maria Daher. (2008), "O associativismo como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social." in *VI Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação no século XXI*. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org>> Acesso em: 10/01/2010.
- ORTIZ ROCA, Humberto. (2001), *Economía Economía Solidaria: hacia una nueva civilización*, Lima.
- SCHENEIDER, José Odelso. (1994), "A doutrina do cooperativismo nos tempos atuais." *Cadernos Cedope*, v.12: 07-23. (Série Cooperativismo e Desenvolvimento Rural e Urbano).
- SINGER, Paul. (2002), "O combate à pobreza e suas vítimas." *Bahia, Análise e Dados*. Salvador, v. 12, n. 1 : 21-23.